

FOTOGRAFIA E ESPAÇO PÚBLICO VISUAL: A GLOBALIDADE DA SOJA E OS PROTESTOS CONTRA O CONFISCO DE DELFIM NETO EM SANTA ROSA/RS (1980)

Photography and public visual space: the globality of soy and protests
against Delfim Neto's confiscation in Santa Rosa/RS (1980)

Maira Eveline Schmitz^{ab}

 <https://orcid.org/0000-0003-1176-1684>
E-mail: maira.schmitz@gmail.com

^a Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas,
Departamento de História, Santa Maria, RS, Brasil

^b Instituto Federal Farroupilha, Campus Santa Rosa, Santa Rosa, RS, Brasil

DOSSIÊ
História urbana global

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sobre os impactos da conjuntura internacional da agricultura sojicultura nos sentidos atribuídos ao espaço urbano de Santa Rosa, noroeste do Rio Grande do Sul, no início da década de 1980, por ocasião do confisco da soja aplicado pelo ministro Delfim Neto. O período ficou marcado por uma crise financeira que afetou muitos dos agricultores da região, os quais reagiram de variados modos, dentre os quais destaca-se o uso de espaços urbanos para sua manifestação pública. A fim de entender como esta apropriação espacial ocorreu, elencaram-se como fonte algumas fotografias de manifestações e protestos realizados em Santa Rosa, publicados por dois periódicos da cidade, o jornal *Noroeste* e o jornal *O Grande Santa Rosa*. As noções de fotografia pública e espaço público visual são centrais na análise. A metodologia utilizada está relacionada ao campo da cultura visual e parte do proposto por Ana Maria Mauad para o estudo de acontecimentos. Defende-se uma espacialização da análise histórica, por ser o espaço composto pela produção material, significados e práticas que são formadas – e ao mesmo tempo formadoras – por relações de (re)produção social. Observou-se que, ao ocuparem os espaços urbanos de Santa Rosa, os agricultores demarcaram não somente a apropriação da sua territorialidade, mas do acesso às políticas econômicas mundiais por meio da reivindicação do direito à venda de sua produção. O acontecimento, assim, tornou-se o *locus* privilegiado da análise, não por se contrapor à escala mundial, mas por evidenciar seus efeitos e a sua constituição a partir do vivido.

PALAVRAS-CHAVE

Santa Rosa. Produção do espaço. Fotografia.

ABSTRACT

The article proposes a reflection on the impacts of the international context of soybean agriculture on the meaning attributed to the urban space of Santa Rosa, northwest of Rio Grande do Sul, in the early 1980s, when the confiscation of soybean was applied by Minister Delfim Neto. The period was marked by a financial crisis that affected many of the region's farmers, who reacted in various ways, among which we highlight the use of urban spaces for their public manifestation. To understand how this spatial appropriation occurred, were selected some photographs of demonstrations and protests in Santa Rosa, published by two periodicals in the city: the newspaper *Noroeste* and the newspaper *O Grande Santa Rosa*. The notions of public photography and public visual space are central to the analysis. The methodology used is related to the studies of visual culture and part of what Ana Maria Mauad proposed for the study of events. We defend a spatialization of historical analysis, as the space is composed of material production, meanings and practices that are formed – and at the same time form – through relations of social (re)production. It was observed that, when occupying the urban spaces of Santa Rosa, farmers demarcated not only the appropriation of their territoriality, but access to world policies through the publication of the right to sell their production. The event became the privileged *locus* of the analysis, not because it is opposed to the worldwide scale, but because it evidences its effects and its constitution based on what was experienced.

KEYWORDS

Santa Rosa. Space production. Photography.

Henri Lefebvre afirmou que a segunda metade do século XX, em especial a década de 1970, apontou uma mudança no sentido da história: há um salto qualitativo do histórico ao mundial. No mundo moderno, não se reconhecem mais os traços da historicidade, “pois as histórias particulares realizam-se agora no seio do mundial que se anuncia”, o qual passa a ser “o ponto de partida e de chegada de análise, colocando o acento sobre o possível e não sobre o real” (CARLOS, 1996, p. 122). A relação entre a historicidade e a mundialidade, assim, é conflituosa, resolvendo-se “na produção de um espaço mundial como obra de um tempo histórico no qual este se realiza” (CARLOS, 1996, p. 122).

Um dos campos da historiografia que tem se ocupado de compreender como esta “mundialidade” ocorre é a chamada História Global. Rafael de Bivar Marquese (2019, p. 17) aponta que parte deste enfoque “pressupõe uma articulação entre diferentes regiões do planeta e que, mesmo não correspondendo à totalidade do globo, nem à totalidade das práticas, nem à totalidade dos tempos, encerra em si uma totalidade no sentido de um todo integrado”. Ressalta, entretanto, a importância de conferir um caráter aberto à noção de totalidade, contrastando-as com as chamadas totalidades fechadas – proposta levantada por Lefebvre já na década de 1950 (MARQUESE, 2019, p. 17).

Conforme Carlos (1996), o filósofo francês indica que a mundialização do sistema capitalista tem como seu caráter central a globalidade do urbano. Isto não significa que todas as regiões do mundo tenham sua centralidade nas cidades, nem mesmo que todos os indivíduos residam nestas: o urbano passa a ser imposto como virtualidade e, na contradição com o rural, evidencia que o desenvolvimento desigual não é somente econômico, mas social.

Nesse sentido, um efeito do desenvolvimento das tecnologias e do próprio sistema capitalista, na segunda metade do século XX, foi a expansão da lógica produtiva industrial à agricultura, especialmente com a mecanização da produção. Esta, cada vez mais baseada na monocultura, “acaba por estar inserida tanto em países capitalistas centrais e periféricos como nos socialistas, no rol de processos radicais de modernização tecnológica do campo, derivados da apropriação de tecnologias reaproveitadas da Segunda Guerra Mundial” (KLANOVICZ; MORE, 2017, p. 245).

A mecanização da produção agrícola efetuada no período trouxe também mudanças materiais na organização e nas formas de viver o urbano. As próprias cidades foram alvo destes objetivos modernizantes. Conforme Adrián Gorelik,

a cidade começa a ser vista como motor da modernização social, em íntima relação com as forças produtivas e com a consolidação dos poderes políticos centralizados. [...] O que havia sido pensado originalmente como um processo histórico-cultural ocidental – a modernidade – converteu-se em um complexo técnico de difusão da civilização industrial como modelo de desenvolvimento universal – a modernização. É nesse momento que a cidade pode aparecer como máquina de tração de pautas modernas de vida em regiões que prescindiam delas – os famosos “polos de desenvolvimento” (GORELIK, 2005, p. 117).

As regiões de caráter rural, antes deslocadas do foco modernizante, passam a compor o *locus* das ideias e dos estilos de vida que buscam se libertar das amarras

do tradicionalismo e do subdesenvolvimento. Grandes massas de população rural são incorporadas às novas pautas econômicas, sociais e políticas (GORELIK, 2005, p. 121) e com isto transformam o seu fazer social e a percepção do que pode ser o urbano.

No caso brasileiro, acompanhando um movimento que ocorreu em boa parte do continente americano, destaca-se o crescimento do cultivo de soja. A leguminosa, que ganha espaço por uma combinação de fatores políticos e biológicos, “criou uma nova dimensão para a história da grande lavoura, para a história das práticas agrícolas, para a história rural, agrária e ambiental como um todo, na medida em que tem desempenhado papel crucial na construção de uma história da unificação biológica mundial” (KLANOVICZ; MORE, 2017, p. 245). Seu cultivo trouxe impactos alimentares, nas técnicas agrícolas e na própria configuração territorial do país, que passa a constituir políticas de ocupação do solo e desenvolvimento nas regiões localizadas à oeste dos estados.

Neste contexto, este artigo propõe uma reflexão sobre os impactos da conjuntura internacional da agricultura sojicultura nos sentidos atribuídos ao espaço urbano de Santa Rosa, noroeste do Rio Grande do Sul, no início da década de 1980, por ocasião do confisco da soja aplicado pelo ministro Delfim Neto. O período ficou marcado por uma crise financeira que afetou muitos dos agricultores da região, os quais reagiram de variados modos, dentre os quais destacamos o uso de espaços urbanos para sua manifestação pública.

Jo Klanovicz e Lucas More, em seu artigo sobre a sojização da agricultura moderna no Paraná, ressaltam a importância da imprensa regional para o estudo da expansão das *plantations* modernas, uma vez que são os órgãos locais os que mais contribuíram para a construção e solidificação da imagem da soja como sinônimo de progresso, “em uma espécie de missão pedagógica”. Pode-se dizer, assim, que “as páginas de jornais locais espalhados pelas principais regiões que vivenciavam o processo de expansão do cultivo de soja refletiram o fenômeno global da soja, reverberando em escala local os anseios políticos, tecnológicos e econômicos ligados a ela” (KLANOVICZ; MORE, 2017, p. 243).

Nesta perspectiva, a fim de entender como a apropriação espacial ocorreu, elencaram-se como fontes algumas fotografias de manifestações e protestos realizados em Santa Rosa, publicados por dois periódicos da cidade, o jornal *Noroeste* e o jornal *O Grande Santa Rosa*. Parte-se das noções de fotografia pública e de espaço público visual, apresentados pela historiadora Ana Maria Mauad, pois se acredita que as imagens fotográficas, ao registrarem processos, situações e sujeitos, contribuem para a configuração dos sentidos atribuídos ao espaço público (2013, p. 15). Pensando a contemporaneidade a partir de suas imagens, tomou-se por protagonistas, portanto, os trabalhadores rurais de Santa Rosa/RS e sua atuação em espaços da cidade neste evento específico. É no acontecimento e, especialmente, no que desafia e abala a vida rotineira, que se encontram os indícios da compreensão dos processos de produção social da história.

FOTOGRAFIA PÚBLICA E ESPAÇO PÚBLICO VISUAL

Ana Maria Mauad, em diversos de seus trabalhos, defende e demonstra como o século XX pode ser contado a partir de imagens, em especial pelas fotografias, as quais redefiniram “as formas de acesso aos acontecimentos históricos e sua inscrição

na memória pública”. Mauad se refere à(s) fotografia(s) no plural, pois múltiplos são os seus contextos de produção, circulação e significação. Afirmo, no entanto, que para a história da prática fotográfica a principal divisão ainda é a que define as diferenças espaciais fundadoras da modernidade: o público e o privado (MAUAD, 2013, p. 13).

A fotografia pública, neste sentido, constitui-se como um dos importantes dispositivos visuais de conformação dos sentidos da história no mundo contemporâneo. (MAUAD, 2013, p. 11). Ela não é vista somente como um documento, receptáculo de informações históricas; é um artefato que age na realidade, criando sentido simbólico e prático sobre a materialidade dos espaços. Além disto, a imagem fotográfica tem a potência de lidar com as diversas temporalidades, condensando no presente as cenas do passado e contribuindo para a educação das sensibilidades dos indivíduos.

Isto implica o reconhecimento de formas distintas de relação com o processo histórico, no qual não somente o passado é elemento constituinte, mas o presente e o futuro em sua virtualidade. François Hartog (2003) elabora a noção de “regimes de historicidade” para explicar as múltiplas temporalidades da história e o modo como cada época engendra distintas relações entre estas. Um regime de historicidade é uma ordem dominante do tempo, “tramado por diferentes regimes de temporalidade, ele é, concluindo, uma maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo – modos de articular passado, presente e futuro – e de dar-lhes sentido” (HARTOG, 2003, p. 139).

Para o autor, o fim dos novecentos inaugura um novo regime – o presentismo –, marcado por um presente sempre presente, mas com vistas ao futuro idealizado. O passado, nesta relação, é instrumentalizado conforme objetivos e interesses determinados, ainda que diversos e plurais, como a partir das categorias de memória e patrimônio. Acredita-se, aqui, que as proposições de Hartog sobre o presentismo conversam com as de Lefebvre sobre a ênfase na mundialidade. Para Lefebvre, contudo, o conceito de mundialidade estabelece, ainda, o predomínio do espaço sobre o tempo.

O tempo, mesmo não sendo negado, ou desvalorizado, passa a ser totalizado no espaço, pois este o contém: é um emprego do tempo.

O espaço revela sua especificidade quando cessa de ser confundido com o espaço mental e identificado com o físico, ganhando a dimensão de produto social, posto que contém relações sociais de reprodução, lugares apropriados, relações de produção. O interesse se desloca das coisas no espaço para a produção do espaço, um espaço de globalidade (CARLOS, 1996, p. 123).

A configuração do espaço moderno passa, ainda, pela consolidação do Estado como organizador da sociedade, onde a reprodução das relações sociais processa-se, agora, pela lógica das ações políticas e pelo controle sobre as técnicas e o saber (CARLOS, 1996, p. 124). Mauad também aponta para a centralidade da técnica como instrumento de poder e defende que, no século XX, a fotografia age neste sentido, principalmente a partir das agências de produção de imagens fotográficas: o Estado, a Imprensa e a Família (MAUAD, 2013, p. 15).

Tanto Mauad (2016), quanto Hartog (2003) recorrem ao texto germinal de Pierre Nora, no qual o autor apoia-se “na percepção de que a cultura de mídia transformaria

a ideia de tempo e espaço em um mundo cada vez mais dominado pelos meios”, como a imprensa, o rádio, as imagens e a internet, os quais se tornariam “a própria condição de existência dos acontecimentos” (MAUAD, 2016, p. 94). Compreender o poder da fotografia pública e a construção de espaços públicos visuais implica reconhecer os meios de comunicação - agenciados pelas três esferas centrais de controle do poder – como fundantes dos acontecimentos que ganham o reconhecimento público (MAUAD, 2016, p. 94).

Neste sentido, a historiadora utiliza a noção de “acontecimento”, como proposto por Nora, para explicar a criação de cenas, as quais na contemporaneidade são geralmente personificadas em foto-ícones. O acontecimento contemporâneo assegura a representatividade aos que dele participam como sujeitos da cena pública e a câmera fotográfica é o dispositivo que, estancando o fluxo do tempo, registra a vida em cenas e as torna públicas. Para tanto, faz-se necessário encarar o acontecimento como um “feixe de temporalidades”, “uma imagem dialética”, que dá chance para o historiador “mergulhar no paradoxo do acontecimento e tensionar a relação entre real e imaginário” (MAUAD, 2016, p. 95).

O paradoxo do foto-ícone, para a autora, é sua potencialidade para ele próprio produzir o acontecimento, ou seja, acaba não havendo uma “história por detrás das imagens” (MAUAD, 2016, p. 96). Por isto, o historiador deve enfrentar criticamente esta história das imagens, buscando as relações invisíveis, omitidas, ou que somente se mostram no intercruzamento com outras fontes. Não é uma história da fotografia, mas uma história das relações sociais por meio da visualidade.

Nesta perspectiva, cabe ressaltar que nem toda fotografia publicada é pública; esta se torna pública para cumprir uma função de dar visibilidade às estratégias de poder, evidenciando diferentes agentes que desempenham um papel para a imaginação pública. Assim, é no público que se identificam os circuitos de politização da imagem (MAUAD, 2018).

As considerações em torno da elaboração de um espaço público visual associam-se à existência de uma cultura visual em que os meios de produzir imagens, fixas e em movimento, não só criam representações sobre o mundo visível, num movimento de dar a ver e de conhecer o mundo representado em imagens, mas instituem, elas mesmas, um mundo visível por meio das imagens. Entretanto, há que se avaliar as dimensões históricas das culturas visuais e as economias de trocas simbólicas que estabelecem entre os diferentes grupos sociais, para compreendermos as formas que esse espaço público visual assume (MAUAD, 2016, p. 98).

Se a fotografia possui a potência de congelar um presente em cenas, relacionando múltiplas temporalidades em imagens, é preciso ir além, procurar o que está detrás da imagem. Os modos de ver, as escolhas de visibilidade e invisibilidade e a construção de visualidades estão imbricados no que se pode chamar de cultura visual. Cada época e cada espaço engendra sua cultura visual, a qual possui uma dimensão histórica e é constituída nas relações sociais de (re)produção. O espaço público visual, desta forma, torna-se uma categoria importante para o entendimento da cultura visual.

Neste contexto, seguindo uma linha de análise realizada por Mauad sobre o quebra-quebra pelo aumento das passagens ocorrido no Rio de Janeiro em 1987 (MAUAD, 2016), pretende-se abordar um acontecimento na cidade de Santa Rosa/RS: o protesto contra o confisco de Delfim Neto, em março de 1980.

OS TRABALHADORES RURAIS NO ESPAÇO DA CIDADE EM UM ACONTECIMENTO

Desde a sua fundação, Santa Rosa, assim como as demais cidades do noroeste do Rio Grande do Sul, teve seu cotidiano permeado por práticas rurais. A economia, em um primeiro momento, era centrada na pequena propriedade (ROTTA, 1999, p. 50), que vivia da agricultura familiar e da criação de animais, em especial os suínos.

Ao longo dos anos 1950, com a queda da qualidade do solo, o cultivo do milho – principal fonte de alimento dos suínos – sofreu grande perda na produtividade. A fim de sanar este problema, alternativas foram sendo pensadas pelos produtores e empresários da cidade. A grande virada seria apresentada na década de 1960: começa a ser implantado no município um programa de recuperação da fertilidade do solo (Operação Tatu), no qual produtores locais buscaram a orientação de especialistas da Universidade de Wisconsin por meio do convênio entre a UFRGS e a *United States Agency for International Development* (USAID). Estes propuseram a correção do solo pela aplicação de calcário e adubo químico, combinadas com novas técnicas de cultivo, manuseio do solo e seleção de sementes (ROTTA, 1999).

Klanovicz e More (2017) afirmam que este período do século XX marcou uma nova forma de relação do homem com a natureza, agora definitivamente transformada em indústria produtiva, a qual

pode ser entendida a partir de um novo *ethos* e uma nova filosofia de simplificação e redução conceituais típicas do pensamento e da prática modernas, pela burocratização da produção agrícola e, no caso do Brasil do pós-guerra, pela institucionalização do controle sobre as práticas agrícolas na mão do estado e de seus agentes modernizadores (os técnicos) de mãos dadas com produtores, fazendo com que esse último venha a aproximar a produção de regimes industriais (KLANOVICZ; MORE, 2017, p. 246).

Os autores destacam o papel decisivo da transformação da agricultura nos Estados Unidos, “que deveria ser expandida para todo o mundo ‘subdesenvolvido’ principalmente por meio de parcerias com agências estadunidenses de modernização agrícola” (KLANOVICZ; MORE, 2017, p. 246). Assim, entre as décadas de 1940 e 1960, diversos organismos internacionais – como a *American International Cooperation Agency* (AIA) e o USAID, ou como a *Japan International Cooperation Agency* (JICA) – vieram no Brasil um campo de possibilidades para a oferta de pacotes modernizadores das atividades agropecuárias. Era um “espaço físico ideal e aberto” para a “disseminação de práticas e culturas agrícolas modernizadas em meio a cenários de ‘atraso’, marcados duplamente por agricultores tidos como ignorantes, pobres e improdutivos bem como por variedades inviáveis do ponto de vista de uma produção voltada ao capital” (KLANOVICZ; MORE, 2017, p. 246).

O incremento de técnicas levou a um aumento da produção e, em paralelo, Santa Rosa passa a receber e fomentar incentivos à mecanização da agricultura e à implantação de indústrias para beneficiamento dos grãos. Neste contexto, a soja passa a ser a maior produção, utilizando-se da mecanização empregada anteriormente na cultura tritícola. A fase de maior expansão do cultivo da soja na cidade e no Estado do Rio Grande do Sul se deu a partir de 1968, até o ano de 1975. As causas para este crescimento, segundo Conceição (1986), estão relacionadas à crise produtiva nos Estados Unidos, à excelente cotação no mercado internacional e à existência de um mercado externo que absorvia o excedente exportável.

O aumento constante da produtividade rendeu lucros (para alguns), por um lado, mas também acarretou um processo de exclusão social, com a crescente dependência dos produtores em relação a incentivos e financiamentos governamentais, principalmente em anos de safras ruins. O pequeno agricultor familiar, que continuava representando o maior número de propriedades, não viu refletido de forma direta em seu cotidiano os frutos de toda esta produção. A vida seguia simples, sem as comodidades que o capitalismo brasileiro, baseado no agronegócio, poderia proporcionar – amplamente anunciadas nas páginas publicitárias da imprensa local. Esta realidade foi documentada, por exemplo, por fotojornalistas na revista *Agricultura & Cooperativismo* e denunciada no fotolivro *Santa Soja*, este editado e publicado em 1979 (ETCHEVERRY, 2019; SEIDL, 2016).

Ao olharmos para a historiografia acerca dos movimentos de trabalhadores, a ênfase recai para o operariado urbano, muito em virtude do seu longo histórico de organização. Os estudos sobre o movimento campestre existem, mas o reconhecimento do trabalhador rural enquanto uma categoria mobilizada parece ser mais recente, tanto nas abordagens acadêmicas, quanto no senso comum. Nas duas últimas décadas a historiografia brasileira – e a sul-rio-grandense – viu aumentar o número de estudos que lançam o olhar para o campo e para a vida e organização dos agricultores. Destaca-se, em especial, as pesquisas sobre o movimento de mulheres campestres, reflexo da importante contribuição dos estudos de gênero e de uma nova abordagem da História Política. A fim de explanar um breve panorama da organização destes trabalhadores, portanto, toma-se como referência o estudo de Tedeschi (2007) sobre o movimento de mulheres no noroeste do Rio Grande do Sul.

O autor afirma que há organização de trabalhadores rurais desde o início do século XX, mas esta ocorria de forma dispersa e não institucionalizada. O ingresso dos agricultores na organização sindical foi tardio e isto se deve, em geral, às próprias condições de vida destes indivíduos, dentre as quais a distância que os separavam de grandes centros industriais, o baixo poder aquisitivo, a falta ou os escassos meios de comunicação, o baixo nível instrucional e a falta de poder econômico para adquirir novas terras (TEDESCHI, 2007, p. 109). No Rio Grande do Sul, o maior reconhecimento de sindicatos de trabalhadores rurais ocorreu entre 1965 e 1970, muito em função de um programa de sindicalização rural posto em prática pela Frente Agrária Gaúcha (FAG) (TEDESCHI, 2007, p. 112).

Cabe ressaltar que na região noroeste do estado a sindicalização passa por duas outras influências de associativismo: há um longo histórico de cooperativismo destes trabalhadores e a cultura religiosa, na qual a vida em comunidade era valorizada na Igreja – seja católica ou protestante. Neste sentido, os sindicatos rurais eram voltados mais à prestação de assistência social, a qual, contudo, não cobria as suas necessidades reais (TEDESCHI, 2007).

Quando começaram a ser sentidas as consequências do processo de industrialização, na segunda metade da década de 1970, a assistência transformou-se no gérmen de protesto dos pequenos agricultores, uma vez que o Estado tinha se tornado o órgão responsável pela manutenção de suas condições básicas de vida (TEDESCHI, 2007). Estes protestos passam a ocorrer com maior frequência no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, inseridos também no processo de mudança política pela qual passava o país e pela retomada da valorização de conceitos como a democracia e a cidadania pelos mais diversos grupos sociais.

O ponto de inflexão do cultivo da soja no Estado ocorre no fim da década de 1970, em especial no início do ano de 1980, relacionado não ao posicionamento do produto no mercado externo, mas às condições políticas e econômicas pelas quais o país passava. Conforme Brum (2005), na prática, o Brasil começava a viver os primeiros momentos de uma tensão inflacionária que iria desembocar, mais tarde, na hiperinflação do final dos anos de 1980 e início da década de 1990.

Neste período, o Ministro do Planejamento era Delfim Neto, conhecido por ter ocupado também outras pastas ao longo da ditadura civil-militar, como a Fazenda e a Agricultura. No início do ano de 1980, o Ministério decide impor sobre o preço da soja exportada uma tarifa aduaneira de 13%, visando impedir que grande parte da soja fosse exportada. Os valores externos do grão estavam muito melhores do que os internos, então, a fim de segurar os preços do óleo de soja e do farelo no país – principais subprodutos após a moagem – o governo passou a frear a exportação via confisco. Na prática, até 30% do preço externo do produto passava a ficar com o governo, inviabilizando sua venda para o exterior (BRUM, 2005).

O confisco de Delfim Neto, como ficou conhecido, gerou revolta entre os trabalhadores rurais do Estado, que esperavam fechar bons negócios com a alta do preço no mercado externo. Em toda a região, desde o início do mês de março, as regionais sindicais passaram a se mobilizar, enquanto líderes locais manifestavam seu descontentamento nos centros políticos de poder e nos jornais locais: queriam o fim do confisco e, até mesmo, a demissão de Delfim Neto.

O jornal *Noroeste*, do dia 21 de março de 1980, traz um artigo de meia página explanando que, face às safras ruins dos anos anteriores pelas condições climáticas, muitos produtores contavam com esta boa safra para quitar dívidas de parcelas de empréstimos bancários; considerava o confisco como uma “ameaça” ao que poderia ser “quase um equilíbrio econômico” para o produtor. O texto também informa que os representantes da cidade estavam “percorrendo toda a região, onde realizam concentrações de agricultores, discutindo o problema de taxa de exportação da soja e procurando uni-los quanto à medida que será tomada”. Declara que entrevistou vários agricultores e “todos” declararam que estavam dispostos a qualquer movimento para evitar o “castigo injusto” (AGRICULTORES..., 1980, p. 19).

Em face da resistência do governo, a organização de agricultores se acirra nas últimas semanas do mês. Conforme o boletim do sindicato dos trabalhadores rurais de Ijuí, *A Voz do Agricultor*, foi realizada uma reunião regional em 21 de março, a qual contou com a presença de lideranças de várias cidades, inclusive do representante do STR de Santa Rosa. Dentre as deliberações, foram tomadas as seguintes decisões:

I - Quanto ao encaminhamento e a luta imediata:

1 - colher a soja, mas não comercializá-la enquanto não cair o confisco;

2 - dar prazo até o dia 30.03.80 às autoridades para a retirada do confisco;

3 - caso esta reivindicação não seja atendida, fica estabelecido o dia 31 de março como o dia do protesto. Cada município organizará manifestações públicas com a mobilização de máquinas;

4 - após a colheita do produto, se não houver solução, as propostas são de bloquear as principais rodovias e entradas de cidades. [...]

II – Quanto à continuidade da luta à longo prazo:

1 - exigir mudanças na política agrícola com a participação efetiva dos agricultores;

2 - formas de boicote: não plantar trigo, não adquirir insumos, não tomar financiamentos, só plantar para a subsistência.

(SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS – REGIONAL DE IJUÍ, 1980, p. 5).

Os agricultores, portanto, pressionaram o governo pela retirada do confisco, ameaçando bloquear as estradas para evitar o escoamento do produto, tomar as cidades e, em último caso, parar a produção e a lógica do agronegócio brasileiro. As orientações iniciais davam conta de um protesto agendado para o dia 31 de março – data bastante simbólica para o regime, diga-se de passagem. A publicação do jornal *Noroeste* do dia 28 de março de 1980 indicava que, além do confisco, os agricultores poderiam dar voz a outras reivindicações, pois ocorreria uma assembleia, seguida de passeata. Como o Ministro não cedeu, no dia marcado várias cidades da região viram seu espaço urbano tomado pelos trabalhadores rurais e suas máquinas agrícolas.

Em Santa Rosa a mobilização foi intensa, registrada em fotografias e publicações na imprensa local. As duas edições aqui analisadas buscaram criar uma narrativa textual-visual do acontecimento, ainda que com enfoques um pouco diferentes. Mauad (2013, p. 13) lembra que as fotografias são “o suporte de agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico, uma versão dos acontecimentos”. Esta versão é construída por uma narrativa intertextual, pois relaciona o visual ao verbal, mas também pluritemporal: “o tempo do acontecimento, o tempo da sua transcrição pelo modo narrativo; o tempo da sua recepção no marco histórico da sua publicação, dimensionado pelas formas de sua exibição” (MAUAD, 2013, p. 13). O espaço público visual é produzido pela fotografia pública a partir das visões de mundo às quais esta se associa.

A fim de observar as fotografias publicadas na imprensa, a historiadora sugere alguns elementos de análise. Em primeiro lugar, avaliam-se os aspectos de nitidez do plano da fotografia, como seu enquadramento, tamanho na publicação e sequência, seguidos dos itens em destaque no conteúdo fotográfico. Considera-se ainda a relação entre texto (legendas e reportagem) e a imagem na composição do espaço visual, observando de que modo ocorre a narrativa – se há tensão/sobreposição entre texto e imagem, ou ilustração, quando as imagens amplificam o sentido da legenda. Por fim, observa-se a distribuição temática das fotografias e o protagonismo dado às cenas. Como afirma Mauad (2016, p. 105), esta proposta por uma história fotográfica

do acontecimento “não exclui a compreensão dos sentidos atribuídos ao mesmo acontecimento por meio dos textos que acompanham as imagens”.

O jornal *O Grande Santa Rosa* publica sua edição do dia 03 de abril de 1980, trazendo na capa a chamada sobre “O protesto dos agricultores em Santa Rosa”, seguido do subtítulo “Pressão derruba confisco” e acompanhada de uma fotografia sobre a concentração dos trabalhadores, aparentemente ouvindo algum indivíduo que se pronunciava. A imagem da capa ocupa aproximadamente 1/6 de página, enquanto o interior do jornal contou com uma notícia de meia página, com 3 fotografias. Nenhuma das imagens apresenta legenda.

Figura 1 – Protesto dos agricultores, *O Grande Santa Rosa*, edição de 03 de abril de 1980



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Santa Rosa.

Figura 2 – Faixas - *O Grande Santa Rosa*, edição de 03 de abril de 1980.



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Santa Rosa.

Figura 3 – “Queremos a queda...” - *O Grande Santa Rosa*, edição de 03 de abril de 1980



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Santa Rosa.

Figura 4 – Protesto contra o confisco - *O Grande Santa Rosa*, edição de 03 de abril de 1980



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Santa Rosa.

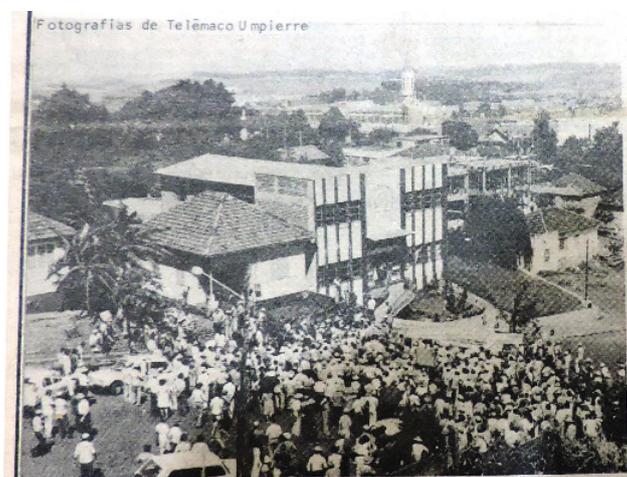
As Figuras 2 e 3 apresentam maior nitidez do conteúdo, enquanto a 1 e 4 dão ênfase à concentração de pessoas e o foco não tão nítido contribui para a ideia de multidão. As fotografias deram visualidade à passeata com faixas, à presença de máquinas agrícolas e à concentração do movimento em frente à prefeitura municipal. O texto aborda os principais dizeres das faixas; a tomada das ruas centrais por cerca de 600 máquinas; o pronunciamento do presidente do sindicato e outras lideranças; e a organização ordeira dos protestantes. Dedicou um parágrafo também para a figura de Delfim Neto, que, conforme a publicação, foi “a grande personagem da concentração”, citado em cartazes, desenhos e pronunciamentos que o acusavam de prejudicar a economia brasileira e beneficiar as multinacionais.

Analisando as fotografias, inter-relacionadas com o texto da reportagem, o jornal transparece certa (im)parcialidade diante dos acontecimentos, dando ênfase à figura do Ministro e à sua decisão de reverter o confisco. Destaca-se ainda uma notícia publicitária desta mesma edição do jornal: a montadora de máquinas agrícolas Ideal havia exposto no dia 29 de março nas ruas da cidade de Santa Rosa sua nova linha de

tratores. A edição traz duas páginas dedicadas a esse momento, contando com duas fotografias, cada uma de meia página, da exposição das máquinas. A visualidade que as imagens trazem se assemelha muito à da ocupação das ruas no protesto do dia 31, o que levanta questionamentos sobre a ação da empresa – alvo dos protestos, de forma indireta – e da própria publicação no jornal no mesmo dia.

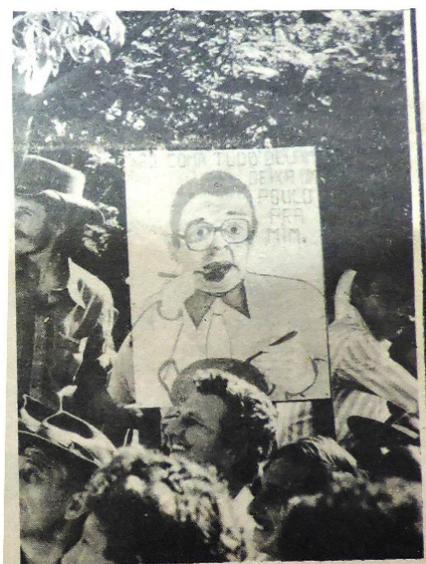
A reportagem do jornal *Noroeste*, publicada no dia 04 de abril de 1980, por sua vez, concedeu ao evento a capa da edição e uma matéria de página inteira, além da análise no editorial e uma pequena matéria sobre o protesto na cidade de Campina das Missões. O texto foi acompanhado de fotografias sem legendas, construindo uma narrativa intertextual sobre o acontecimento do dia 31 que indica uma defesa maior aos interesses dos agricultores, se comparada à outra publicação. Novamente, a nitidez ocorre nas fotografias que focalizam artefatos específicos, como o cartaz com o desenho de Delfim Neto (Figura 6).

Figura 5 – Protesto contra o confisco - *Noroeste*, 04 de abril de 1980



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Santa Rosa.

Figura 6 – “Não coma tudo Delfim, deixa um pouco pra mim” - *Noroeste*, 04 de abril de 1980



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Santa Rosa.

Figura 7 – “Plante e coma, senão o governo toma / 40 milhões de brasileiros clamam por terra / Queremos reforma agrária” - *Noroeste*, edição de 04 de abril de 1980



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Santa Rosa.

Figura 8 – “Escravos pedem justiça” - *Noroeste*, edição de 04 de abril de 1980



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Santa Rosa.

Figura 9 – *Noroeste*, edição de 04 de abril de 1980



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Santa Rosa.

As outras quatro imagens (Figuras 5, 7, 8 e 9) criam uma visualidade de ocupação dos espaços da cidade – seja por pessoas, quanto pelas máquinas – com destaque para a Figura 5, capa da edição, que apresenta uma vista aérea. A reportagem informa sobre a ocorrência do protesto, citando a concentração em frente à prefeitura municipal e a ocupação das ruas com cerca de 400 máquinas, em especial defronte ao prédio do Banco do Brasil, “em protesto aos altos juros bancários” (GRANDE..., 1980, p. 9). Coloca a oportunidade que os agricultores tiveram de se manifestar contra o governo e que, apesar do calor que estava fazendo, praticamente todos os agricultores da cidade ouviram os pronunciamentos das lideranças.

Aponta que após a concentração ocorreu uma passeata até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dando destaque às frases entoadas e afixadas em cartazes, em faixas e no maquinário estacionado. Neste ponto, observa-se que, apesar da imagem 4 trazer nitidamente uma faixa sobre a reforma agrária, este tópico não foi abordado em nenhum momento pela reportagem. Esta é encerrada com um apontamento sobre o fato de que o movimento daria coragem aos agricultores para lutarem contra outros flagelos. A página apresenta ainda a opinião de Erani Müller, vereador e suplente a deputado federal.

As imagens contidas nas reportagens auxiliam o entendimento do fato e a montar um ordenamento dos acontecimentos. O uso das máquinas, a passeata pelas ruas e a concentração em frente à prefeitura municipal indicam uma apropriação do espaço urbano pelos trabalhadores rurais. Um espaço que cotidianamente não é visto como seu, ainda que possivelmente nele circulem com frequência, como demonstra os protestos contra os juros bancários e a ocupação da rua do Banco do Brasil pelas máquinas.

Estas fotografias, ao se tornarem públicas, dão significação ao ato político, criando um espaço público visual específico para o acontecimento. Conforme Mauad (2018, p. 123), o próprio dispositivo fotográfico tem, na base de sua condição histórica, a relação entre imagem e política, sendo um importante meio de representação social e uma prática de produção de sentido social. Os espaços da cidade são (re)produzidos no cotidiano, mas determinadas cenas-ícones funcionam como instrumentos de agenciamento e afirmação do poder que estes agricultores possuíam – pelo menos na sua retórica e na simbologia do ato – sobre os rumos da cidade e da economia do país.

A construção do espaço público visual nestas fotografias públicas contribui para uma perspectiva mais diversa dos usos da cidade e da própria condição dos agricultores na região. Como citado anteriormente, as publicações mais conhecidas no Estado em geral colaboraram para a construção de uma imagem do mundo rural como sofrido, pobre, alijado de posicionamento político. Por exemplo, podemos citar que os fotógrafos responsáveis pela revista *Agricultura e Cooperativismo* e pelo fotolivro *Santa Soja* buscavam convencer os agricultores a posarem com suas roupas de trabalho, acompanhados de artefatos típicos de suas casas ou do campo, para que não parecessem “endomingados” (SEIDL, 2016), objetivando um registro da “situação dos colonos em seu cotidiano, sem arrumá-los para a fotografia” (ETCHEVERRY, 2019, p. 25).

Neste sentido, chama a atenção nas fotografias do protesto as roupas utilizadas por boa parte dos agricultores: camisas “sociais”, calças e sapatos, ou seja, vestimentas típicas de um dia festivo ou especial. O vestuário, o modo do portar-se diante da câmera, os olhares provocadores ao dispositivo fotográfico dão mostras de uma cena na qual estes indivíduos se colocam como protagonistas, senhores do espaço e no controle da situação.

Os signos que compõem as representações de poder são estruturados pelo código do espetáculo. Neste sentido, as escolhas realizadas na composição da fotografia pública (desde a escolha da indumentária correta, para um determinado evento, até a organização do grupo em semicírculo, para fornecer a ideia de unidade e centralização), passam pelo crivo da ideologia que homologa o código de representação (MAUAD, 2013, p. 13).

O posicionamento destes trabalhadores expõe as contradições entre o rural-urbano e os diferentes usos dos espaços da cidade. Contudo, não deixa de evidenciar as próprias hierarquias no seio do movimento rural. Há destaque para as lideranças –em especial nos textos das publicações – e para as figuras masculinas. A publicação do jornal *Noroeste* chega a afirmar que o protesto não foi composto só dos agricultores homens, mas de suas esposas e crianças, as quais também seriam duramente afetadas pelo confisco. Nas fotografias públicas e na representação do espaço público visual, entretanto, estas pessoas não aparecem – com pouquíssimas exceções e que, mesmo assim, não possuem nenhuma centralidade no plano fotográfico.

O espaço público visual representa e ajuda a construir as relações sociais da família da pequena propriedade rural: a soja é produção masculina, enquanto a criação de animais e de outras culturas são reservadas mais às mulheres; mesmo que elas ajudem a decidir sobre a tomada de financiamentos e empréstimos, é o homem que toma frente nas negociações bancárias. Esta realidade histórica vem sendo trabalhada em diversos estudos, em especial os que se dedicam a demonstrar o surgimento dos movimentos de mulheres rurais a partir dos anos 1980, como a já citada pesquisa de Tedeschi (2007).

Por fim, cabe ainda ressaltar a relevância do dispositivo fotográfico e das agências de produção de imagens para a geração de sentido para a história dos acontecimentos contemporâneos. Em diversas fotografias do dia 31 de março de 1980 – publicadas pelos jornais, ou disponíveis no arquivo histórico do Museu Municipal de Santa Rosa – identifica-se a presença de fotógrafos nas imagens. Em geral localizados no plano inferior, indicando sua proximidade com o colega de profissão que registrou a imagem em análise, os fotógrafos são personagens sempre presentes nos acontecimentos: participam indiretamente da cena e dos atos, mas diretamente na produção de sentido da visualidade da história. Das fotografias observadas, somente a capa da publicação do jornal *Noroeste* traz a indicação do fotógrafo – Telêmaco Umpierre –, o que evidencia que estes profissionais, nos jornais locais, ainda não haviam conquistado o *status* de fotojornalistas, recebendo crédito por suas fotografias. Etcheverry (2019) lembra que esta é justamente uma luta empregada pela categoria no país ao longo das décadas de 1970 e 1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta breve análise de um acontecimento na cidade de Santa Rosa, no dia 31 de março de 1980, pode-se levantar algumas considerações. Primeiramente, a noção de acontecimento não se reduz ao *fato*, a alguma ocorrência isolada que se autoexplica; é uma porta aberta para que se adentre os paradoxos, contradições e produção sociais que dão sentido ao processo histórico. Para compreender um

acontecimento, é preciso identificar as múltiplas temporalidades que nele se engendram, bem como as escolhas assumidas e ofuscadas.

Se o tempo de um acontecimento não é linear – pois envolve inúmeros intercruzamentos entre passado, presente e futuro e os discursos e memórias que são produzidos – é a espacialidade que permite a sua observação. Um acontecimento é assim denominado quando se torna público, portanto, a categoria de espaço público é instrumental. No caso dos acontecimentos contemporâneos, como abordado, a fotografia tem papel central na definição de cenas. A fotografia pública dá sentido e ajuda a configurar espaços públicos visuais.

Nesta perspectiva, a fotografia pública define lugares de visibilidade e de invisibilidade, conformando o público e a visualidade que se mostra e se dá a ver. A construção de espaços visuais não ocorre de forma desinteressada, pois está associada justamente ao engajamento do fotógrafo, às escolhas de publicização e ao interesse do olhar de quem o visualiza por meio de imagens. Compreender estes espaços e analisar imagens implica uma perspectiva crítica por parte do historiador, buscando os códigos visuais, as estratégias de educação do olhar e a visualidade em que estão inseridos e que ajudam a consolidar.

Analisar o processo histórico de forma espacializada, por meio de imagens, permitiu, por fim, observar no local as redes de produção e de reprodução social que não se resumem à cidade, mas se conectam à globalidade. Ao ocuparem os espaços urbanos de Santa Rosa, os agricultores demarcaram não somente a apropriação da sua territorialidade, mas do acesso às políticas econômicas mundiais por meio da reivindicação do direito à venda de sua produção. Por outro lado, evidenciaram que a mundialidade da produção agroindustrial é mais diversa e conflituosa do que uma perspectiva da divisão mundial do trabalho vista “de cima” pode fazer parecer. O urbano é central na sociedade contemporânea, mas contém em si também a virtualidade e a diferença.

REFERÊNCIAS

AGRICULTORES revoltados com a taxa de exportação prometem boicote. *Noroeste*, Santa Rosa, n. 63, p. 19, mar.1980.

BRUM, Argemiro Luís. Os 25 anos do confisco da soja, *Agrolink: o portal do conteúdo agropecuário*, abr. 2005. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/colunistas/os-25-anos-do-confisco-da-soja_384028.html. Acesso em: 10 out. 2019.

CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C. *A expansão da soja no Rio Grande do Sul: 1950-75*. Porto Alegre: FEE, 1984.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A mundialidade do espaço. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.121–134.

ETCHEVERRY, Carolina Martins. O fotojornalismo gaúcho dos anos 1970: Jacqueline Joner e Eneida Serrano, *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo,



v. 19, n. 1, p. 19-30, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/9052>. Acesso em: 10 out. 2019.

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p.111-133, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a04.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GRANDE movimento durante o protesto contra o confisco. *Noroeste*, Santa Rosa, n. 65, p. 9, abr.1980.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KLANOVICZ, Jo; MORE, Lucas. A sojização da agricultura moderna no Paraná, Brasil: uma questão de história ambiental. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis, v. 6, n. 2, p. 240-263, maio-ago. 2017. Disponível em: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A história global da escravidão atlântica: esboços e perspectivas. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 14-41, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019v26n41p14>. Acesso em: 15 set. 2019.

MAUAD, Ana Maria. Como as fotografias visualizam a história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p.121-129.

MAUAD, Ana Maria. Fotografa pública e cultura do visual, em perspectiva histórica, *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 2, n. 2, p.11-20, 2013.

MAUAD, Ana Maria. Por uma história fotográfica dos acontecimentos contemporâneos, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1987. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 90-133, jan./abr. 2016.

ROTTA, Edeimar. *A construção do desenvolvimento*. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

SEIDL, Eduardo. *Santa Soja: narrativa documental em fotolivro*. 2016. 193 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS – REGIONAL DE IJUÍ. *A Voz do Agricultor*, Ijuí, n. 3, p. 5, jun. 1980.

TEDESCHI, Losandro Antônio. *Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970-1990)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.



NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Maira Eveline Schmitz: Mestre. Docente, Instituto Federal Farroupilha, Campus Santa Rosa, Santa Rosa, RS, Brasil. Doutoranda, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, RS, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua João de Barro, 425, Bairro Glória, 98785-283, Santa Rosa, RS, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Ligado ao projeto de tese – A riqueza vem da terra e segue o caminho do ouro: produção do espaço, sociabilidades e estilos de vida em Santa Rosa/RS (1940–1980) – em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Instituto Federal Farroupilha, Campus Santa Rosa, pela concessão de afastamento integral para a realização da pesquisa de doutorado e ao Museu Municipal de Santa Rosa pelo acesso às fontes.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

© Direitos autorais de Maira Eveline Schmitz. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Rodrigo Bragio Bonaldo

HISTÓRICO

Recebido em: 6 de agosto de 2020.

Aprovado em: 10 de novembro de 2020

Como citar: SCHMITZ, Maira Eveline. Fotografia e espaço público visual: a globalidade da soja e os protestos contra o confisco de Delfim Neto em Santa Rosa/RS (1980). *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 47, p. 163-181, jan./abr. 2021.

